

1 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS  
2 DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTOS realizada aos três dias do mês de julho  
3 de dois mil e catorze, na Casa de Participação Comunitária, situada na Avenida Rei  
4 Alberto I, número 119, com início às oito horas e trinta minutos. Ausências justificadas:  
5 Conselheiros Alexandre Vieira de Lima, Renato Nascimento, Edmir Santos Nascimento,  
6 Ricardo Oliveira Gomes, Viviane Costa Pinto e Rejane da Fonseca Oliveira. O Sr. Carlos  
7 Alberto Ferreira Mota, Vice Presidente inicia a assembléia saudando os presentes e faz a  
8 leitura da Pauta: 1 – Apreciação e deliberação da Ata da Assembleia Geral Ordinária; 2 –  
9 Relato dos Conselhos Tutelares; 3 –Relatos das visitas realizadas nas entidades que  
10 executam projetos financiados com recursos do FMDCA; 4 - Deliberação da proposta de  
11 ação para o financiamento de recursos do Programa Itaú Criança 2014, por meio do  
12 FMDCA; 5 - Indicação de representantes para compor a Comissão Coordenadora do  
13 Programa Rede de Famílias Acolhedoras de acordo com o artigo 10 do Decreto nº 4.344,  
14 de 09 de dezembro de 2004; 6 - Relatos da Diretoria Executiva; 7 - Relatos das Câmaras  
15 Setoriais; 8 - Relatos dos representantes dos Conselhos e Comissões; 9 - Assuntos  
16 Gerais. Item 1 – Após a leitura da Ata a Conselheira Tutelar Sra. Taís Aguiar reforça que a  
17 construção do relatório de visita do Conselho Tutelar para revalidação do registro de  
18 entidades a ser construído em conjunto com o Ministério Público de Santos está muito  
19 difícil devido a rotatividade atualmente existente naquele órgão, conforme consta na Ata.  
20 **Deliberado:** Aprovada a Ata. Item 2 – As Conselheiras Tutelares Sandra Santos e Taís  
21 Aguiar representando o Conselho Tutelar da Zona Leste, apresentam conforme  
22 estabelecido nas atribuições daquele órgão, o relatório semestral – janeiro a junho do ano  
23 de dois mil e catorze – dos novos casos atendidos naquele zoneamento. O material foi  
24 também entregue em cópia impressa na Casa de Participação Comunitária. Em síntese,  
25 temos, trezentos e setenta e um (371) novos casos e podemos observar que a maior  
26 violação continua sendo ao Direito a Convivência Familiar e Comunitária com (192) cento  
27 e noventa e dois novos casos. Em segundo lugar vem a Educação com (87) oitenta e sete  
28 novos casos, ressaltam que entre os dias vinte e quatro a vinte e seis de junho passado  
29 chegaram a sede daquele Conselho (76) setenta e seis novas fichas FICAI. Em terceiro  
30 lugar temos o Direito a Liberdade, Respeito com (67) sessenta e sete novos casos. Em  
31 quarto lugar temos o Direito a Vida e Saúde com (22) vinte e dois novos casos e em  
32 quinto Lugar o Direito a Profissionalização e Proteção ao Trabalho com (3) três novos  
33 casos. Desmembrando as informações temos no Direito a Vida e Saúde como maior  
34 violação nos atos atentatórios a vida (10) dez casos e neles se depreendem o uso de  
35 substâncias ilícitas. A Conselheira relata que este índice não é maior porque os dados do  
36 NAI – Núcleo de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional – não lhes são  
37 repassados. Sabe-se que a maior causa das infrações são decorrentes de drogas. O  
38 outro índice que chama atenção é o atendimento inadequado à saúde com (9) nove casos  
39 e que se evidencia a falta de busca ativa. No Direito a Liberdade e Respeito dos a maior  
40 violação diz respeito a violência psicológica, preponderando aí a violência doméstica com  
41 (37) trinta e sete casos. Outro índice que chama a atenção diz respeito a questão da  
42 violência sexual com (12) doze casos de abuso e (1) de exploração sexual. Observe-se  
43 que em comparação com o semestre anterior a uma preponderância na faixa etária  
44 compreendida entre os (7) sete e (12) doze anos. No Direito a Convivência Familiar a  
45 maior incidência diz respeito a violação a dignidade e negligencia com (100) cem novos  
46 casos e o que mais se destaca é o abandono intelectual seguido de perto pela  
47 inadequação do convívio familiar com (65) casos mas, ainda chama a atenção (1) hum  
48 caso de ausência de programas específicos de atendimento as famílias pois o recorte  
49 para intervenção é o financeiro. A negligencia da família desmembrado verificamos que a  
50 maior omissão perpassa pela omissão com a educação escolar e formação intelectual  
51 (53) cinquenta e três dos casos já relatados e identificados geralmente pela ficha FICAI.  
52 No Direito a Educação, Cultura, Esporte e Lazer temos (28) vinte e oito casos e (24) vinte

53 e quatro casos de ausências de educação infantil com destaque que (21) vinte e um  
54 desses casos se referem a falta de vaga na educação infantil. No Direito a  
55 Profissionalização os casos tem razões distintas (1) hum por trabalho ilegal, (1) hum por  
56 trabalho sem registro e (1) hum por estar trabalhando em atividade incompatível com a  
57 formação escolar. Fazendo uma análise comparativa ao semestre anterior a conselheira  
58 diz que elas diferem muito pouco. A conselheira Taís relata que a busca ativa é uma  
59 dificuldade relatada pela Educação e que estão se reunindo buscando uma solução.  
60 Relata ainda que uma das grandes dificuldades da Zona Leste é pela ausência da rede  
61 família e, que isto, contribui em muito para a fragmentação do atendimento. Solicita ainda  
62 que seja reforçado junto a SEAS – Secretaria de Assistência Social – a questão do  
63 trabalho em rede conforme previsto no orçamento municipal no atendimento a primeira  
64 infância. O Conselheiro de Direitos Sr. Geonísio Aguiar fala que haverá uma reunião na  
65 SEAS com o Instituto Zero a Seis e solicita que este Conselho também participe. A Sra.  
66 Taís lembra que na AGO passada foi relatado um problema quanto ao atendimento de  
67 celular e rádio pela equipe de rua o assunto foi repassado a Sra. SEAS que já está  
68 tomando providencias para a solução do problema. **Deliberado:** Na próxima assembleia  
69 os Conselhos Tutelares da Zona Central e Zona Noroeste deverão apresentar a síntese  
70 dos atendimentos dos respectivos órgãos do primeiro semestre deste ano. A Conselheira  
71 Sra. Valéria Gallotti lembra da necessidade de se ratificar e retificar os nomes dos  
72 componentes da Comissão da revisão da Lei referente aos Conselhos Tutelares. Os  
73 membros já estão enunciados na Ata da Assembléia de junho passado. Item 3 – O Sr.  
74 Wilson C. Bregochi Júnior, técnico desta Casa, faz um relato sobre as visitas feitas aos  
75 projetos aprovados neste Conselho e financiados com recursos do Fundo Municipal dos  
76 Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA – o Gotas no Judô vem acontecendo com  
77 atendimento regular de aproximadamente 100 crianças e adolescentes. O Salas de  
78 Leitura, que acontece na Cruzadas das Senhoras Católicas, vem acontecendo  
79 normalmente e, inclusive tiveram um aumento de atividades não previstas no projeto mas  
80 com as despesas suportadas pela entidade. Quanto ao projeto que acontece no Zona  
81 Noroeste ainda não foi visitado. O projeto Grupo de Cuidadores, da Associação  
82 Equoterapia, estiveram lá no dia último dia de funcionamento do grupo. Falaram com os  
83 pais que validaram o trabalho. O projeto Construindo Minha história, da Casa da Vó  
84 Benedita, começou a engrenar as atividades agora. O material já foi comprado e como  
85 houve a mudança do técnico o projeto ainda não deslançou efetivamente. Ressalta que  
86 a capacitação dos profissionais já aconteceu. O projeto Ensaios do Cotidiano, da SEAS,  
87 já terminou e os materiais necessários só chegaram agora. Relata que as atividades  
88 aconteceram com o uso de equipamentos emprestados por outros órgãos e, ressalta que  
89 as atividades continuam acontecendo. O projeto Convivência Familiar e Comunitária, da  
90 SEAS, também já encerrou e, se observou que não houve o cumprimento do cronograma  
91 estabelecido. O material também só chegou após o término do projeto e, que não foi feito  
92 o busdoor. A Sra. Coemara H. de Oliveira, representante do Programa Família Acolhedora  
93 da SEAS, relata que houve intervenção pela Secretaria de Comunicação para a  
94 divulgação das mídias porque devem seguir uma programação específica para o  
95 município. **Deliberado:** Que doravante pensemos como serão aprovados os projetos do  
96 executivo neste Conselho na questão de cumprimentos de prazo devido as licitações. O  
97 projeto Crescer Bem, da Casa João Paulo II, no viés da capacitação o projeto certinho o  
98 grande problema está na questão do atendimento estão buscando acordos com a SEAS e  
99 a Saúde mas até o momento não houve nenhuma resposta oficial. A Sra. Ana Paula,  
100 Coordenadora do projeto explica que previram atendimento para (90) noventa casos de  
101 abuso e exploração que na realidade atenderam (44) quarenta e quatro casos nos oito  
102 meses de atuação. Neste período houveram (22) vinte e duas sensibilizações com (648)  
103 seiscentos e quarenta e oito participantes. Participaram de dois eventos o Eureka com  
104 250 participantes e a semana do 18 de maio com aproximadamente 300 pessoas.

105 Realizaram cento e trinta e uma oficinas. A Conselheira Sra. Luana Ng visitou o projeto  
106 juntamente com a Conselheira Sra. Iracema Maria Carneiro e relata que no local não  
107 havia nenhuma criança ou adolescente porque conforme relato do técnico não era dia de  
108 oficina. Também perceberam durante a conversa que há muita dificuldade no trabalho  
109 com a rede de serviços principalmente com o CTZC e também na área de atuação. As  
110 fichas de atendimento de casos são bastante incompletas principalmente quanto a  
111 endereços. Segundo relato o CREAS não enviava informações só o fazendo a partir de  
112 doze de maio último que enviam uma síntese do caso. O Sr. Geonísio fala que juntamente  
113 com o Sr. Edmir já tiveram três reuniões com a SEAS numa tentativa de salvar o projeto.  
114 Tentaram contatar com a Secretaria Municipal de Saúde – SMS – e, que o Sr. Presidente  
115 da entidade já afirmou que se não acontecer entendimentos com a rede SEAS e SMS  
116 terminarão o projeto. O Sr. Carlos Mota sugere que quando acontecer essa reunião que o  
117 CMDCA se faça presente. A Sra. Ana Paula fala que no próximo dia dez estarão na  
118 CEVISS para apresentação do andamento do projeto. Item 4 – O Sr. Wilson relata que foi  
119 deliberado por este Colegiado para receber recursos do Programa Itaú Criança o eixo  
120 Adolescente em Conflito com a Lei no ano de dois mil e treze e que infelizmente não  
121 recebemos nenhum projeto. Como temos de prestar contas do recurso recebido manteve  
122 conversas com os representantes do Itaú sobre a possibilidade de haver mudança de eixo  
123 e houve anuência deles pela troca. O Sr. Geonísio propõe que se envie todos os projetos  
124 aprovados neste Conselho e eles escolham o projeto. **Deliberado:** Encaminhar todos os  
125 projetos. O outro ponto discutido foi quanto a ação e projeto para este ano que deverá ser  
126 encaminhado até o próximo dia dezanove. **Deliberado:** O encaminhamento a nossa  
127 Resolução Normativa 181/2012-CMDCA. Quanto ao Programa ITAÚ SOCIAL a solicitação  
128 é de que seja feito o encaminhamento de projeto já aprovado por este colegiado. O Sr.  
129 Wilson lembra que temos 4 (quatro) projetos aprovados à época da solicitação da CPFL.  
130 São eles das entidades PROECO, PRÓ VIVER e ABEC por ordem de classificação. A  
131 Conselheira Sra. Adriana XXX, representante da PROECO, diz que para a execução  
132 desse projeto já conseguiu a verba pelo Criança Esperança. Proposto o encaminhamento  
133 dos dois outros projetos já aprovados pela ordem de classificação. **Deliberado:** Aprovada  
134 a proposta pelo encaminhamento do projeto da Pró Viver, segunda colocada, pelos  
135 Conselheiros presentes com a abstenção dos Conselheiros Geonísio e Maria Cristina.  
136 Item 5 – **Deliberado:** O Sr. Carlos Mota lembra que a origem dessa solicitação vem da  
137 solicitação da SEAS para o aumento da verba destinada ao Programa Família Acolhedora  
138 e, quando da análise da solicitação se observou que na Lei existe uma Comissão de  
139 Acompanhamento com a presença de representante deste CMDCA. A Sra. Flávia  
140 Domênica, (Seas) diz que a função hoje está defasada com a atual realidade do município  
141 (Plano de reordenamento) e propõe que o representante acompanhe o Plano de  
142 Reordenamento do acolhimento que deverá ser entregue até outubro. **Deliberado:** O  
143 colegiado indicou os conselheiros Sra. Helenice Alves e Geonísio Aguiar para  
144 acompanhar as duas situações – Comissão e Plano de Reordenamento. Item 6 – A Sra.  
145 Helenice relata que esteve na reunião da Rede Metropolitana de CMDCA's, na Receita  
146 Federal onde um dos temas era a construção do Plano Municipal Decenal da Criança e  
147 do Adolescente conforme aprovado pela RN 161/2013 do CONANDA. Relata que não  
148 será elaborado um plano novo pois Santos já foi elaborado com a participação das  
149 crianças e dos adolescentes e que o plano não precisa ser encaminhado a Câmara.  
150 **Deliberado:** Aprovado. Item 7 – Câmara de Relações Públicas, a Conselheira Luana Ng  
151 relata que o material apresentado para a campanha do PETI precisa ser refeito em seu  
152 conteúdo para posterior decisão da Câmara de Relações Públicas. A Sra. Ana Lúcia  
153 Rezende, Coordenadora da Câmara de Planejamento, relata que foram analisados seis  
154 projetos e emitido parecer sobre o programa famílias acolhedoras onde se solicitou um  
155 relatório circunstanciado e indicação de dois representantes para a Comissão de  
156 acompanhamento já indicados na assembleia de hoje. Solicitado ainda que os

157 conselheiros “padrinhos” de projetos que recebem recursos do FMDCA vejam a situação  
158 da execução dos projetos e os relatórios apresentados pelas entidades e emitam relatório  
159 com parecer. Analisado ainda a solicitação de registro da entidade “Expressão e Vida” e  
160 que o técnico esteve no local e não tinha nenhuma atividade. Solicita ainda que seja  
161 pautado para uma próxima assembleia a apresentação dos resultados da capacitação da  
162 CEVISS, como resultado dos investimentos do FMDCA. Câmara Financeira, Sr. Luciano  
163 relata que deram vistas em alguns projetos, na questão do Família Acolhedora. Solicitada  
164 a liberação do saldo remanescente do projeto Ensaios do Cotidiano, já terminado, para  
165 novamente compor os recursos do FMDCA. Câmara de Legislação a Sra. Adriana Jandelli  
166 relata que o Dr. Alexandre pediu para ser afastado das funções de Coordenador. Solicita  
167 que seja oficiado a OAB a indicação do representante da entidade. Assuntos Gerais: A  
168 Sra. Sandra relata que o Presidente do Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de  
169 Santos – FMCAS – oficiou solicitação para uso desta Casa, período noturno, para as  
170 reuniões. Convida os presentes para a próxima reunião a se realizar no dia 10 de julho na  
171 UME Andradas. A Sra. Luci oferece o espaço da Estação da Cidadania para as reuniões  
172 do FMCAS. A Sra. Taís relata que quando da inauguração da Fundação Casa em Santos  
173 no espaço havia internado 13 adolescentes sendo 9 de Santos. O Sr. Geonísio relata que  
174 os moradores do bairro não estão satisfeitos com a sede da Fundação dado não terem  
175 sido cumpridos os estabelecidos. Propõe seja agendada uma visita oficial ao local. O Sr.  
176 Vice Presidente solicita a mim Maria Cristina Dias de Oliveira, primeira secretária que  
177 redija a presente ata.

178

179

180

181 **CARLOS ALBERTO F. MOTA**181 **MARIA CRISTINA DIAS DE OLIVEIRA**182 **Vice Presidente**182 **1ª. Secretária**